

Portugal a afastar-se da Europa...



**Manuel
Reis Campos**

Presidente da
AICCOPN
– Associação
dos Industriais da
Construção Civil
e Obras Públicas

O Governo que, na semana passada, apresentou o Programa de Estabilidade e Crescimento para 2019-2023, projetou uma contínua melhoria das contas públicas, que se saúda, mas assumiu, em simultâneo, um corte na “meta” do investimento público, em 471 milhões de euros. Com efeito, dos 4.853 milhões de euros inscritos no OE2019, passamos, agora, para 4.382 milhões, numa prática que, nos últimos anos, se tornou recorrente. Veja-se que, dos 4.525 milhões de euros de investimento previsto para 2018, apenas foi executado 3.965,2 milhões de euros, o que revela uma redução de 559,8 milhões de euros, face ao valor inscrito no OE2018.

Todos sabemos que os recursos são escassos, mas o caráter estruturante do investimento público e o seu papel enquanto dinamizador do investimento privado é essencial e, nesta altura, este é o elemento que ainda nos falta para que a estabilização do setor da construção se possa transformar numa efetiva consolidação do seu incontornável papel enquanto motor do crescimento económico sustentado e da criação de emprego. Este é, mais do que nunca, o momento para concretizar os projetos adiados e quebrar, em definitivo, a falta de convergência com a restante Europa.

O exemplo vem da generalidade das economias, da Europa aos Estados Unidos. O investimento em projetos estruturantes, sejam no domínio dos transportes, da energia, da sustentabilidade, entre outros, estão sempre presentes nas estratégias de desenvolvimento e de aumento da competitividade. E, entre nós, há muito que os diagnósticos

estão feitos e as necessidades identificadas, constituindo o Plano Estratégico dos Transportes e das Infraestruturas, PETI 3+ e o Programa Nacional de Investimentos 2020-2030 (PNI2030) exemplos paradigmáticos.

Aliás, este anúncio surgiu no dia em que foi conhecido o início da apreciação do PNI2030, por parte do Conselho Superior de Obras Públicas. Ora, uma vez mais, reafirma-se a necessidade de definir com urgência o calendário e ritmo de implementação dos investimentos estruturantes, para maximizar as oportunidades de financiamento existentes.

Porém, é fundamental que o Estado e os responsáveis políticos cumpram a sua função, garantindo que os grandes projetos de investimento, considerados estruturais para o desenvolvimento do País, são assumidos pelos vários partidos, num quadro de estabilidade e de previsibilidade que é imprescindível.

Este é o momento para concretizar os projetos adiados e quebrar a falta de convergência com a restante Europa